

MALATIAN, Teresa. *Dom Luís de Orléans e Bragança: peregrino de impérios*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, 268p.

Armando Alexandre dos SANTOS\*

Não é fácil escrever uma biografia longamente esperada e várias vezes anunciada, sobretudo quando ela exige pesquisa demorada em arquivos muito diversos e por vezes de difícil acesso. Foi essa, por certo, a dificuldade que retardou tanto a publicação de uma biografia cabal de D. Luís de Orléans e Bragança (1878-1920), personagem de vida muito intensa, com notas romanescas e atuação política digna de nota.

Entre 1908 e 1914, D. Luís de Orléans e Bragança (1878-1920), segundo filho da Princesa Isabel e indicado por ela como seu sucessor dinástico, desenvolveu intensa campanha pela restauração monárquica no Brasil. Tal atuação (precedida de uma malograda e espetacular tentativa de desembarque no território brasileiro, cujo acesso era vedado à Família Imperial pela Lei do Banimento) deu-se, sobretudo, por meio de assídua correspondência com pessoas-chave da intelectualidade, dos meios políticos e militares brasileiros, e pela divulgação sistemática, no Brasil, de seus manifestos políticos e livros, bem como de outros materiais de propaganda. O real alcance dessa campanha, apontado por Gilberto Freyre como objeto digno de estudo, ainda está para ser bem avaliado.

A enorme quantidade de cartas escritas pelo príncipe e a dispersão dos seus arquivos tornou a redação de sua biografia (também recomendada por Freyre) em extremo dificultosa. Diversas tentativas não chegaram a bom termo. Finalmente, em 2010 a Prof<sup>ª</sup> Teresa Malatian, da UNESP, depois de intensa e prolongada pesquisa em arquivos públicos e privados de vários pontos do Brasil e nos Estados Unidos, completada por visitas a Eu e Dreux, na França, e Wienerneustadt, na Áustria, publicou tal biografia, que se insere no contexto de uma linha de pesquisa que desde o tempo de seu mestrado, e agora na orientação de vários pós-graduandos, a autora vem desenvolvendo. Trata-se de estudar o monarquismo brasileiro nas décadas que se seguiram à proclamação, em 15 de novembro de 1889, do novo regime.

Essa proclamação nem de longe resultou de um movimento popular majoritário. Na realidade, os republicanos brasileiros eram uma minoria muito pequena, quase

---

\* Mestrando em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Franca, CEP: 14409-160, Franca, São Paulo - Brasil. E-mail: [asantos@uol.com.br](mailto:asantos@uol.com.br)

inexpressiva em termos eleitorais. Dominavam, isso sim, alguns setores influentes da intelectualidade, dos meios urbanos e, sobretudo, das forças armadas. O levante de 15 de novembro foi, a bem dizer, um golpe de surpresa, vitorioso graças à passividade do velho imperador – que constava já estar sofrendo, àquela altura, da avançada diabete que o mataria dois anos depois – e à indiferença, quase atonia, do país inteiro. Na frase célebre de Aristides Lobo – um dos articuladores do golpe e ministro do primeiro Governo Provisório da República – o país presenciou a proclamação da República “bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava” (crônica publicada pelo Diário Popular, de S. Paulo, de 18-11-1889).

Nos anos que se seguiram à proclamação, os acontecimentos se precipitaram. Assistiu-se a uma adesão em massa, de caráter nitidamente oportunista, ao novo regime. Na expressão sempre lembrada de Carlos de Laet, “um imenso emplastro adesivo” cobriu a nação inteira. Os jornais da segunda quinzena daquele novembro estão cheios de “a pedidos” de antigos titulares do Império ou possuidores de condecorações do regime deposto, declarando-se republicanos de longa data, renunciando às honras que haviam recebido da monarquia e assegurando fidelidade e desejo de colaboração com o novo regime.

Não obstante, este não parecia estar inteiramente seguro de si, pois já no dia 23 de dezembro, cinco semanas após a proclamação, o Governo Provisório deu a público o decreto 85-A, pelo qual criava um tribunal de exceção, composto exclusivamente de militares nomeados pelo Ministro da Guerra, com a finalidade de julgar sumariamente, em corte marcial, quaisquer indivíduos “que conspirarem contra a República e o seu Governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar”.

O tradicional bom humor dos cariocas logo apelidou como “decreto-rolha” esse instrumento legal, por tapar a boca de oposicionistas. E foi como “decreto-rolha” que ele passou para a História.

Pouco depois, na primeira Constituição Republicana, de 1891, foi instalada uma cláusula-pétrea proibindo que sequer pudesse ser objeto de consideração do Legislativo qualquer proposta de modificar a forma republicana de governo (art. 90, § 4º). Essa cláusula tornava, *ipso facto*, fora da lei e sediciosa qualquer forma de propaganda do regime anterior, ainda que meramente no campo intelectual ou cultural. Entendida estritamente, o regime deposto não poderia ser elogiado de forma alguma, somente

criticado, e o regime novo também não poderia ser criticado de nenhum modo, tão-somente louvado.

É claro que o bom senso não permitiu que as coisas fossem entendidas sempre de modo tão radical. Mas na verdade foi sob esse arcabouço legal – o do decreto-rolha, abrogado e superado, mas na sua essência confirmado pela cláusula-pétrea da Constituição de 1891 – que ocorreu, na primeira década republicana, violenta repressão contra monarquistas, com empastelamento de jornais, numerosos assassinatos e até cenas isoladas de linchamento. Foi também nesse clima psicológico que ocorreram a Revolução Federalista e a concomitante Revolta da Armada, de 1893, e poucos anos depois, o massacre de Canudos, que até hoje apresenta aspectos misteriosos ainda por serem inteiramente esclarecidos.

O resultado dessa violenta repressão é que o monarquismo no Brasil ficou amedrontado, temeroso, refugiando-se numa espécie de saudosismo inócuo que o regime republicano acabou tolerando e deixando em relativa paz. Tentativas ou articulações isoladas de levantes monárquicos ainda ocorreram, mas se afiguraram veleidades quixotescas rapidamente subjugadas. Talvez a mais expressiva e notória dessas tentativas tenha sido o levante de 1902, ocorrido no interior do Estado de São Paulo, na região de Araraquara, estudada, do ponto de vista sociológico, pelo Prof. Osmar Assis Gobatto, da UNESP de Araraquara, em sua tese de doutorado.

O monarquismo brasileiro nesse período conturbado foi estudado em profundidade, numa perspectiva histórica mais ampla, na tese de doutorado da Prof<sup>a</sup> Maria de Lourdes Mônaco Janotti, da USP, editada pela Brasiliense com o título *Os Subversivos da República*. Segundo nos informou pessoalmente a autora, esse livro, há muito esgotado, deve ser em breve reeditado.

A República, depois de complicados problemas financeiros, decorrentes do famoso Encilhamento, e depois de não menos sérios problemas políticos e militares internos, afinal se consolidou razoavelmente, especialmente no governo de Campos Salles. Uma administração séria, conduzida pelo Ministro Joaquim Murinho, saneou as finanças públicas. A bem conduzida ação diplomática do Itamaraty, levada a efeito pelo Barão do Rio Branco, assegurou paz externa (várias vezes ameaçada de conflitos, especialmente com a Argentina); uma hábil atuação em questões de limites submetidas a arbitragem garantiu ao Brasil a resolução de casos muito antigos, com países vizinhos, quase sempre em sentido muito favorável, consolidando nossas fronteiras e ajudando poderosamente a consolidar, também, o próprio regime republicano.

Foi aí, cerca de 20 anos após a proclamação da República, que começou a atuar politicamente o personagem estudado pelo livro da Prof<sup>a</sup> Malatian.

Dos três filhos da Princesa Isabel e do príncipe francês Gaston d'Orléans, Conde d'Eu, D. Luís (1878-1920) foi, sem dúvida, o mais destacado. O primogênito, D. Pedro de Alcântara (1875-1945), preferiu conduzir sua vida privada, como chefe de família, longe do foco das lutas políticas. Casou em 1908 com uma condessa tcheca, tendo antes do casamento renunciado, por si e por todos os seus futuros descendentes, a quaisquer hipotéticas pretensões ao trono do Brasil. Faleceu em 1945, sem nunca ter tido atuação política. O mais novo, D. Antônio (1881-1918), morreu solteiro, pouco depois de terminada a Primeira Guerra Mundial, num avião militar inglês que se acidentou, e tampouco atuou politicamente.

Foi tão-só D. Luís que teve uma participação política digna de nota, se bem que rápida, quase meteórica, especialmente entre 1908, quando assumiu, pela renúncia do irmão mais velho, a condição de herdeiro imediato da Princesa Isabel na sucessão imperial, e 1914, quando rebentou a Guerra e, assim como seu irmão mais jovem, alistou-se como voluntário, na defesa dos aliados contra os Impérios Centrais. Alguns meses de luta intensa minaram irremediavelmente sua saúde, que nunca tinha sido boa. Contraiu uma tuberculose óssea que o paralisou, arrastando, depois disso, alguns anos de sobrevivência muito comprometida, falecendo, afinal, em 1920, aos 42 anos de idade. Deixou como herdeiro seu filho Dom Pedro Henrique de Orléans e Bragança (1909-1981).

Poucas semanas depois de sua morte, o Presidente Epitácio Pessoa assinou decreto abolindo incondicionalmente a “Lei do Banimento”, que vigorava desde 1889, e permitindo que retornassem ao Brasil os descendentes do Imperador. A Princesa Isabel, já muito idosa, não mais estava em condições de retornar, e dos seus filhos, o único que poderia representar ameaça ao regime, tinha sido sepultado. Morto D. Luís, a Família Imperial não representava mais risco próximo, para o regime republicano.

Esse é, em resumo, o biografado da Prof<sup>a</sup> Malatian. Trata-se de uma biografia, como ela esclarece na introdução, *sui generis*. Uma biografia clássica normalmente segue uma ordem cronológica, enfocando em profundidade os principais aspectos da vida e obra do biografado. A autora, porém, preferiu selecionar, na vida de D. Luís, os aspectos de maior relevância para a história política, e optou por combinar a linha cronológica com o enfoque temático.

O livro é estruturado em doze capítulos, nos quais acompanhamos a Educação do Príncipe, inicialmente no Brasil, no seu círculo familiar e sob a orientação do preceptor,

Ramiz Galvão; depois na França, em escolas de Versalhes e Paris, seguidas do período de formação militar, numa academia austríaca. Depois, acompanhamos as viagens do Príncipe pelos quatro continentes, das quais resultaram diversos livros de viagens: *Dans les Alpes* (1901), *Tour d'Afrique* (1902), *À travers l'Hindo-Kush* (1906), *Sous la Croix-du-Sud* (1902).

O capítulo 6 (Sob o Cruzeiro do Sul) trata em pormenores da viagem ao Brasil, em 1907, quando foi impedido de desembarcar no Rio de Janeiro, numa tentativa gorada, mas que constituiu, sem dúvida, um golpe publicitário muito bem sucedido, para a propaganda monárquica, pois punha a nu a insegurança do regime e o forçava a uma antipática exibição de força.

O longo noivado e o casamento de D. Luís, assim como o acordo de família pelo qual seu irmão renunciou, antes de por sua vez também casar, aos seus direitos dinásticos, são o objeto do capítulo 7 (Casamento), que inclui também informações muito interessantes sobre o chamado Acordo de Bruxelas, pacto de família estabelecido pelo Conde d'Eu e seus filhos com outros ramos da Casa de Orléans, a respeito de eventuais direitos à sucessão da coroa francesa.

A intensa propaganda política de D. Luís já como pretendente oficial, seus dois manifestos, o de Cannes (1909) e o de Montreux (1913), as repercussões destes no Brasil, seu relacionamento por vezes conflituoso com a velha guarda do Diretório Monárquico, sua correspondência com brasileiros de todos os quadrantes ideológicos da época, especialmente intelectuais, políticos e militares, seu decidido apoio ao governo Hermes da Fonseca, sua grande preocupação com a questão social, tudo isso é enfocado em pormenores nos capítulos 8 (Pretendente) e 9 (Jornadas audaciosas). Talvez nesses capítulos, mais do que em todo o resto do livro, fica patente o grande trabalho de pesquisa que a obra exigiu. Documentos inéditos enriquecem esses capítulos de modo muito especial.

Depois, seguem o relato minucioso das atividades do biografado na Guerra (Capítulo 10 – A inútil carnificina) e, no capítulo 11 (Momentos finais), o relato do ocaso de sua vida.

É obra séria, bem fundamentada e bem escrita. Do ponto de vista da pesquisa, é amplíssima e muito abrangente, tendo a autora esgotado todos os numerosos arquivos a que teve acesso, em toda a medida em que a eles teve acesso, e reconhecendo que muito mais material haveria a pesquisar, se dispusesse de tempo e possibilidade de acesso a

outros arquivos. Nesse sentido, reconhece que é uma biografia não definitiva, podendo vir a ser, mais tarde, completada à luz de documentos novos.

De qualquer forma, é uma biografia cabal, que preencheu uma lacuna historiográfica e por certo se constituirá obra de referência indispensável a quem estude o tema do monarquismo brasileiro e, mais amplamente, a história do Brasil no período da *Belle Époque*.

Tem, ademais, o mérito de ser muito bem escrita, em estilo fluente e agradável de ler, o que a torna acessível ao grande público, sem embargo de seu caráter acadêmico e rigor científico. Um dos méritos, aliás, da Prof<sup>a</sup> Malatian, e não o menor deles, foi o de não ter cedido à tentação fácil de escrever um livro sensacionalista para ir às paradas dos *best-sellers*, porém não condizente com a postura acadêmica. A professora preferiu escrever um livro discreto e sério. Provavelmente escreveu um livro com vocação para se tornar clássico, referencial seguro para quem deseje estudar, com seriedade, esse período histórico.